Furukawa Electric LatAm S.A.

CNPJ : 51.775.690/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018. A administração permanece, como sempre, à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários. As Demonstrações Financeiras completas estão também disponíveis no site www.furukawalatam.com

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 31/03/2019	Controladora 31/03/2018	Consolidado 31/03/2019	Consolidado 31/03/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	15.263	19.939	27.633	24.828
Contas a receber de clientes	11	224.166	158.739	281.636	217.192
Estoques	12	182.368	119.771	268.447	186.969
Impostos a recuperar	13	16.011	14.489	36.688	31.701
Contas a receber de partes relacionadas	14	36.371	44.559	382	1.882
Outras contas a receber	15	6.775	4.952	13.568	7.495
Despesas antecipadas		363	1.449	584	2.169
		481.317	363.898	628.938	472.236
Não circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	14	32.318	21.201	-	-
Depósitos judiciais	22	204	222	661	656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	36.977	38.896	40.865	42.784
Outras contas a receber	15	-	6.060	-	6.590
Investimentos	16	83.095	76.225	-	-
Outros investimentos		53	53	53	53
Imobilizado	17	168.051	155.952	189.845	174.118
Intangível	18	18.632	15.758	32.191	30.583
		339.330	314.367	263.615	254.784
		820.647	**678.265**	**892.553**	**727.020**

Passivo	Nota	Controladora 31/03/2019	Controladora 31/03/2018	Consolidado 31/03/2019	Consolidado 31/03/2018
Circulante					
Fornecedores	19	163.873	97.595	171.295	109.978
Empréstimos e financiamentos	20	45.159	94.428	53.870	102.781
Impostos e contribuições a recolher	21	6.688	6.161	17.416	16.840
Salários e encargos a pagar		20.641	14.295	20.156	17.179
Conta a pagar à partes relacionadas	14	7.592	15.199	30.456	24.027
Adiantamento de clientes		2.056	1.849	3.320	3.498
Outras contas a pagar		2.297	3.115	8.484	5.413
Dividendos		19.287	5.418	19.287	5.418
		267.593	238.060	324.284	285.134
Não circulante					
Provisão para litígios	22	10.876	21.702	24.364	23.383
Empréstimos e financiamentos	20	116.230	18.536	116.230	18.536
Instrumentos financeiros derivativos	20	1.770	1.464	1.770	1.464
Impostos e contribuições a recolher	21	5.090	7.175	6.817	7.175
		133.966	48.877	149.181	50.558
Patrimônio líquido	23				
Capital social		149.120	149.120	149.120	149.120
Reserva de capital		219.708	167.485	219.708	167.485
Ajustes de avaliação patrimonial		(17.754)	(12.256)	(17.754)	(12.256)
Reserva de lucros		68.014	86.979	68.014	86.979
		419.088	391.328	419.088	391.328
		820.647	**678.265**	**892.553**	**727.020**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial: Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial: Hedge de fluxo de caixa	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2017		149.120	137.917	(9.227)	-	18.235	67.478	-	363.523
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	32.372	32.372
Variação cambial de investimento no exterior		-	-	(3.029)	-	-	-	-	(3.029)
Total de resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	(3.029)	-	-	-	32.372	29.343
Destinações lucro líquido do exercício:									
Reserva legal		-	-	-	-	1.619	-	(1.619)	-
Reserva de subvenção para investimentos	23iv.	-	29.568	-	-	-	-	(29.568)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23ii.	-	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)
Reserva de lucros	23v.	-	-	-	-	-	(353)	353	-
Saldos em 31 de março de 2018		149.120	167.485	(12.256)	-	19.854	67.125	-	391.328
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	67.179	67.179
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	657	-	-	-	657
Variação cambial de investimento no exterior		-	-	(6.155)	-	-	-	-	(6.155)
Total de resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	(6.155)	657	-	-	67.179	61.681
Destinações lucro líquido do exercício:									
Reserva legal		-	-	-	-	3.359	-	(3.359)	-
Reserva de subvenção para investimentos	23ii.	-	52.223	-	-	-	-	(52.223)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23v.	-	-	-	-	-	-	(3.191)	(3.191)
Juros sobre capital próprio	23v.	-	-	-	-	-	(16.639)	-	(16.639)
Dividendos aprovados durante o exercício	23v.	-	-	-	-	-	(14.091)	-	(14.091)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	8.406	(8.406)	-
Saldos em 31 de março de 2019		149.120	219.708	(18.411)	657	23.213	44.801	-	419.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/03/2019	Controladora 31/03/2018	Consolidado 31/03/2019	Consolidado 31/03/2018
Receita líquida de vendas	25	1.022.348	749.603	1.237.866	909.420
Custo dos produtos vendidos	26	(727.678)	(517.975)	(857.115)	(623.126)
Lucro bruto		294.670	231.628	380.751	286.294
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas e distribuição	26	(134.969)	(106.298)	(167.035)	(128.977)
Despesas administrativas	26	(129.106)	(115.673)	(146.209)	(129.042)
Despesas tributárias		(3.325)	(295)	(7.297)	(5.358)
Participação dos empregados nos lucros e resultados		(8.540)	(6.415)	(11.026)	(7.507)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	26	(2.531)	(2.797)	(3.308)	(829)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	58.872	31.607	51.463	34.628
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		75.071	31.757	97.339	49.209
Receitas financeiras	27	30.617	15.837	68.238	30.549
Despesas financeiras	27	(37.023)	(20.782)	(86.370)	(40.097)
Resultado financeiro		(6.406)	(4.945)	(18.132)	(9.548)
Equivalência patrimonial	15	420	5.847	-	-
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		69.085	32.659	79.207	39.661
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	13	(287)	(10.109)	(7.835)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	(1.919)	-	(1.919)	546
Lucro líquido do exercício		**67.179**	**32.372**	**67.179**	**32.372**
Lucro líquido básico e diluído do exercício, por ação em Reais	23 vi	0,22	0,11	0,22	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/03/2019	Controladora 31/03/20/18	Consolidado 31/03/2019	Consolidado 31/03/2018
Lucro líquido do exercício	67.179	32.372	67.179	32.372
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	657	-	657	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(6.155)	(3.029)	(6.155)	(3.029)
Total do resultado abrangente	**61.681**	**29.343**	**61.681**	**29.343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/03/2019	Controladora 31/03/2018	Consolidado 31/03/2019	Consolidado 31/03/2018
Lucro líquido do exercício	67.179	32.372	67.179	32.372
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	19.657	17.326	24.019	19.990
Resultado na alienação de permanente	2.477	601	2.519	707
Equivalência patrimonial	(420)	(5.847)	-	-
Impostos renda e contribuição social diferido	1.919	-	1.919	(546)
Impostos renda e contribuição social corrente	(13)	287	10.109	7.835
Movimentação de provisões	6.165	2.470	17.944	6.789
Juros apropriados	9.728	9.098	11.060	9.623
Variações cambiais líquidas	(2.032)	(4.352)	5.057	(3.820)
Provisão para perda dos estoques	1.638	1.058	2.675	(7.109)
Perda por sucateamento de estoque	8.230	1.357	11.537	2.097
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	2.531	2.797	3.308	829
	117.059	57.167	157.326	68.767
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	(73.032)	(42.082)	(62.267)	(35.388)
Estoques	(72.466)	(38.164)	(98.802)	(40.436)
Impostos a recuperar	(1.522)	419	(4.987)	(7.722)
Outras contas a receber	195	3.108	2.097	3.723
Fornecedores	42.765	40.585	28.771	34.639
Transações com partes relacionadas (passivo)	(8.650)	380	(2.195)	8.582
Imposto de renda e contribuições social pagos	(2.080)	(288)	(2.080)	(2.040)
Impostos e contribuições a recolher	(1.545)	(2.944)	(9.891)	(8.747)
Juros pagos	(7.577)	(7.992)	(7.577)	(8.209)
Outras contas passivas	8.975	(3.384)	26.447	(1.471)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.122	6.805	26.842	11.698
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital para constituição de controladas	-	(2.610)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(35.407)	(30.365)	(46.778)	(38.441)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(35.407)	(32.975)	(52.276)	(38.441)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e JCP pagos	(17.971)	-	(17.971)	-
Pagamento de financiamentos	(91.420)	(27.865)	(93.618)	(27.648)
Captação de financiamento	138.000	54.936	139.224	56.373
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	28.609	27.071	27.635	28.725
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.676)**	**901**	**2.202**	**1.982**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.939	19.038	24.828	22.951
Ajuste de tradução de moeda estrageira	-	-	(603)	(105)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.263	19.939	27.633	24.828
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.676)**	**901**	**2.202**	**1.982**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional - A Furukawa Electric LatAm S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Furukawa Electric Co., Ltd. (Companhia sediada no Japão), constituída em 7 de junho de 1974, com sede à Rua Hasdrubal Bellegard, 820 em Curitiba-PR, e tem como objeto social: (i) a fabricação, a industrialização e o comércio de cabos condutores elétricos, cabos de fibra óptica, cabos telefônicos e produtos correlatos, equipamentos de telecomunicação e de tecnologia de informação, acessórios, partes e peças, componentes eletroeletrônicos, e ainda outros produtos de metais não ferrosos, sua importação e exportação; (ii) representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros; (iii) prestação de serviços técnicos de engenharia e de consultoria relativos a sistemas de comunicação e de tecnologia de informação; (iv) execução por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras de engenharia civil; (v) participação em outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou acionista. As operações são efetuadas através de parques fabris e estabelecimentos comerciais localizados no Brasil, Argentina, Colômbia e México, e contando ainda com uma filial de fabricação de fibras ópticas, localizada em Sorocaba, Brasil. Na data de 28 de junho de 2013, a Companhia constituiu a empresa Furukawa Colômbia SAS, estabelecida na cidade de Bogotá, Colômbia, e em 12 de agosto de 2013, a Companhia constituiu a empresa Furukawa Industrial Colômbia SAS, localizada na cidade de Palmira, Colômbia. Em 6 de agosto de 2014 a Companhia constituiu a controlada Furukawa Electric México S. de R.L. de C.V., estabelecida na cidade do México, México. Em 16 de dezembro de 2015 a Companhia adquiriu as ações da empresa AG Indústria e Comércio de Placas Eletrônicas Ltda. com a alteração da razão social para FIO - Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda., com sede na cidade de Santa Rita do Sapucai, Minas Gerais e com filial em Paulínia, São Paulo. Em 20 de fevereiro de 2017 através da 41ª ata de Alteração e Consolidação de Contrato Social a Companhia aumentou o capital social da subsidiaria Furukawa Cabos e Acessórios Ltda., com base no valor patrimonial líquido de R$ 29.816 da também subsidiaria Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda., passando o capital social de R$ 134 para R$ 29.950 dividido em 29.950.246 (vinte e nove milhões, novecentos e cinquenta mil, duzentos e quarenta e seis) quotas de capital no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, passando a Furukawa Cabos e Acessórios a ser a controladora da Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda. Em 24 de março de 2017 a Companhia constituiu a controlada Furukawa Electric Industrial México S. de R.L. de C.V., estabelecida na cidade do Méxicali, México, registrada na escritura pública de número 53.223, com sede à estrada Mexicali-Algodones No.4798 Interior 3-2 Col. Diez División 2 CP.21395, estado de Baja California. Em 3 de abril de 2017 através da ata de Reunião de Sócios a Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda., incorporou todo o acervo líquido sua controladora Furukawa Cabos e Acessórios Ltda., e consequentemente, extinguiu-se a entidade Furukawa Cabos e Acessórios Ltda. **2. Relação de entidades controladas -** Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Descrição / *Controladas*	País sede	Participação % 31/03/2019	Participação % 31/03/2018
Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda. (i)	Brasil	100%	100%
Furukawa Eelctric LatAm S.A. Sucursal Argentina (ii)	Argentina	100%	100%
Furukawa Industrial Colômbia SAS (iii)	Colômbia	100%	100%
Furukawa Colômbia SAS (iv)	Colômbia	100%	100%
Furukawa Electric México S. de R.L. de C.V. (v)	México	100%	100%
Furukawa Electric Industrial México S. de R.L. de C.V. (vi)	México	100%	100%

(i) Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda.- A controlada Furukawa Cabos e Acessórios Ltda. absorveu as ações da controlada Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda. em 20 de fevereiro de 2017 e na data de 3 de abril de 2017 a Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda. incorporou sua controladora Furukawa Cabos e Acessórios Ltda. Atividade de comercio de componentes eletrônicos e outros equipamentos e sistemas de telecomunicações e informática e fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios. ***(ii)*** Furukawa Electric LatAm S.A. - Sucursal Argentina - Compra, venda, fabricação, distribuição, importação e exportação de produtos elétricos e eletrônicos. ***(iii)*** Furukawa Industrial Colômbia SAS. - Fabricação, industrialização e comércio de cabos condutores elétricos, cabos de fibra óptica, cabos telefônicos e produtos relacionados, equipamentos de telecomunicações e de informática, acessórios, partes e peças. Importação e exportação de componentes eletrônicos e outros produtos de matais ferrosos. ***(iv)*** Furukawa Colômbia SAS - Comercialização, importação e exportação de cabos condutores, equipamentos de telecomunicações e de informática, acessórios, partes, e peças, componentes eletrônicos incluindo produtos de metais ferrosos. ***(v)*** Furukawa Electric México S. de R.L. de C.V. - Comercialização, importação e exportação de cabos para telecomunicações e equipamentos de informática, acessórios, partes e peças, componentes eletrônicos, incluindo produtos de metais ferrosos, realização de serviços técnicos e engenharia e consultoria de sistemas de informática e sua implementação, assessoria, certificação, garantia, manutenção e administração de comunicações e projetos de sistemas de informática, elaboração de materiais impressos e de armazenamento em meios magnéticos, desenvolvimento e comercialização de software. **(vi)** Furukawa Electric Industrial México S. de R.L. de C.V. - Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios - modelo Maquila. **3. Base de preparação - 3.1. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 3 de julho de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A controlada Furukawa Electric LatAm S.A. Sucursal Argentina utiliza como moeda funcional Pesos Argentinos; as controladas Furukawa Electric México S. de R.L. de C.V. e Furukawa Electric Industrial México S. de R.L. de C.V. utilizam como moeda funcional Pesos Mexicanos; as controladas Furukawa Industrial Colômbia SAS e Furukawa Colômbia SAS, utilizam o Dólar como moeda funcional, por serem as moedas de influência preponderante sobre a receita e os custos. **5. Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 17 -** Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos); • **Nota 22 -** Provisões para litígios (com base na opinião de seus assessores jurídicos, associado ao seu conhecimento histórico dos processos, constituiu provisão para aqueles casos em que é provável); • **Nota 24 -** Imposto de renda e contribuição social diferidos (de acordo com a disponibilidade de lucros tributáveis futuros); • **Nota 28 -** Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros de acordo com e liquidez). **6. Mudanças nas principais políticas contábeis -** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 a partir de 1º de abril de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte: • reconhecimento de custos incrementais para obtenção de contrato com cliente; • reconhecimento de valores com contraprestação variável; • reconhecimento de perdas estimadas de recebíveis. **a. CPC 47 Receita de contrato com cliente -** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação da norma em 1º de abril de 2018. Consequentemente, a informação apresentada em 2018 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa. A tabela a seguir resume o impacto, da adoção do CPC 47 na receita líquida e no custo de produtos vendidos para o encerramento deste exercício:

31 de março de 2019	Apresentado	Ajustes		Valores s/ adoção CPC 47
Receita líquida de vendas	1.022.348	18.248	(i)	1.040.596
Custo dos produtos vendidos	(727.678)	(375)	(ii)	(728.053)
Lucro bruto	**294.670**	**17.873**		**312.543**

(i) Ajustes compostos pelo impacto de custos incrementais para obtenção do contrato (R$ 13.697), rebates (R$ 2.932) e *rewards* (R$ 1.619). ***(ii)*** Ajuste referente ao impacto no custo do registro da provisão de devoluções (custo incremental). As naturezas das transações que tiveram impacto que foram destacadas acima são detalhadas abaixo: ***(a.1) Custos incrementais para obtenção do contrato:*** De acordo com o CPC 47, a entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos. O custo incremental para obtenção de contrato são os custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido (por exemplo, comissão de venda). Os custos para obter o contrato, que forem incorridos independentemente da obtenção do contrato, devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos, a menos que esses custos sejam expressamente cobráveis do cliente, independentemente da obtenção do contrato. Como expediente prático, a entidade pode reconhecer os custos incrementais para obtenção de contrato como despesa quando incorridos, se o período de amortização do ativo que a entidade teria de outro modo reconhecido for de um ano ou menos. ***(a.2) Rebates -*** O CPC 47 estabelece as seguintes condições para itens variáveis que compõem a receita, de valores com contraprestação variável: Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. O valor da contraprestação pode variar em razão de descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A contraprestação prometida pode variar também se o direito da entidade à contraprestação depender da ocorrência ou não ocorrência de evento futuro. Por exemplo, o valor da contraprestação é variável se o produto for vendido com direito de retorno ou se o valor fixo for prometido como bônus de desempenho em caso de ser atingido um marco especificado. A norma define que a entidade deve estimar o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo de qual método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito: • O valor esperado - Para o qual se pondera cenários. • O valor mais provável - Cálculo binário decorrente da penalidade pela ocorrência ou não de um cenário (por exemplo, a entidade atinja um bônus de desempenho ou não). As opções de clientes para adquirir bens ou serviços gratuitamente ou com desconto ocorrem de muitas formas, incluindo incentivos de vendas, créditos de prêmio ao cliente (ou pontos), opções de renovação de contrato ou outros descontos sobre bens ou serviços futuros Se, no contrato, a entidade conceder ao cliente a opção de adquirir bens ou serviços adicionais, essa opção resultará em obrigação de desempenho no contrato somente se a opção proporcionar um direito material ao cliente que não o receberia sem celebrar esse contrato (por exemplo, desconto que é incremental à faixa de descontos tipicamente concedidos para esses bens ou serviços a essa classe de cliente nesse mercado ou área geográfica). Se a opção proporcionar um direito material ao cliente, este, na verdade, paga à entidade, antecipadamente, por bens ou serviços futuros e a entidade deve reconhecer a receita quando esses bens ou serviços futuros forem transferidos ou quando a opção vencer. ***(a.3) Rewards -*** Considerando as novas determinações estabelecidas pelo CPC 47, se, no contrato, a entidade conceder ao cliente a opção de adquirir bens ou serviços adicionais, essa opção resultará em obrigação de desempenho no contrato somente se a opção proporcionar um direito material ao cliente que não o receberia sem celebrar esse contrato. Se a opção proporcionar um direito material ao cliente, este, na verdade, paga à entidade, antecipadamente, por bens ou serviços futuros e a entidade deve reconhecer a receita quando esses bens ou serviços futuros forem transferidos ou quando a opção vencer. A norma CPC 47 requer que a entidade aloque o preço de transação às obrigações de desempenho com base no preço de venda individual. Se o preço de venda individual para a opção do cliente de adquirir bens ou serviços adicionais não for diretamente observável, a entidade deve estimar o respectivo valor. Essa estimativa deve refletir o desconto que o cliente obterá ao exercer a opção, ajustada para ambos os casos abaixo: • Qualquer desconto que o cliente receba sem exercer a opção; e • A probabilidade de que a opção seja exercida. Por ocasião do recebimento de pré-pagamento de cliente, a Companhia deve reconhecer um passivo de contrato no valor do pré-pagamento por sua obrigação de desempenho de transferir, ou de estar preparada para transferir, bens ou serviços no futuro. A entidade deve baixar esse passivo de contrato (e deve reconhecer a receita) quando transferir esses bens ou serviços e, portanto, satisfizer a sua obrigação de desempenho. Pré-pagamento não restituível de cliente à entidade dá ao cliente o direito de receber um bem ou serviço no futuro (e obriga a entidade a estar preparada para transferir o bem ou serviço). Entretanto, os clientes podem não exercer todos os seus direitos contratuais. Esses direitos não exercidos frequentemente são referidos como quebra. Se a Companhia espera ter direito ao valor por quebra em passivo de contrato, a entidade deve reconhecer o valor por quebra esperado como receita proporcionalmente ao padrão de direitos exercidos pelo cliente. Se a Companhia não espera ter direito ao valor por quebra, a entidade deve reconhecer o valor por quebra esperado como receita, quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos restantes tornar-se remota. As opções de clientes para adquirir bens ou serviços gratuitamente ou com desconto ocorrem de muitas formas, incluindo incentivos de vendas, créditos de prêmio ao cliente (ou pontos), opções de renovação de contrato ou outros descontos sobre bens ou serviços futuros. Se, no contrato, a entidade conceder ao cliente a opção de adquirir bens ou serviços adicionais, essa opção resultará em obrigação de desempenho no contrato somente se a opção proporcionar um direito material ao cliente que não o receberia sem celebrar esse contrato (por exemplo, desconto que é incremental à faixa de descontos tipicamente concedidos para esses bens ou serviços a essa classe de cliente nesse mercado ou área geográfica). Se a opção proporcionar um direito material ao cliente, este, na verdade, paga à entidade, antecipadamente, por bens ou serviços futuros e a entidade deve reconhecer a receita quando esses bens ou serviços futuros forem transferidos ou quando a opção vencer. **b. CPC 48 Instrumentos financeiros -** O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. ***(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros -*** O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. ***(ii) Impairment de ativos financeiros -*** O CPC 48 traz um modelo de ‘perdas e crédito esperadas’, o novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A Companhia realizou o levantamento para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, dos títulos em aberto no Contas a Receber na data base e classificados conforme o seu risco, onde excluiu-se os títulos com proteção de crédito, vendas intercompanies e títulos para clientes com recuperação judicial. Após isso foi realizada a análise histórica da média das perdas efetivas nos dois últimos anos, que representam 2,4% do total da carteira de clientes classificados como “Risco Terceiros” e “Risco FEL”. O Grupo adotou os critérios de avaliação mencionados acima e contabilizou o valor de R$ 1.648 de provisão para perdas estimadas no resultado. ***(iii) Provisão para deságio sobre operações de antecipação de recebíveis -*** A Companhia realizou operações de antecipação de recebíveis, a qual os títulos são antecipados conforme a necessidade de caixa diária e não possuem direito de regresso. Essas operações resultaram em R$ 79 milhões de títulos da Telefônica Brasil SA antecipados com uma instituição financeira ao longo deste ano. Para a análise de impacto de deságio foi utilizada a estimativa de títulos em aberto do cliente citado no mês de março de 2019 para verificar a representatividade e relevância dos valores sobre essa cessão de crédito. Desta forma, a Companhia contabilizou o valor de R$ 53 que representa a estimativa de despesa com as operações de antecipação de recebíveis. ***(iv) Contabilidade de Hedge -*** A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48. Isso exige que o Grupo assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O Grupo detém derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e do preço das commodities. Para isso, foi realizada a adoção da contabilidade de hedge conforme os termos do CPC 48, onde se fez necessário a elaboração das evidências e documentações necessárias para tal. Dentre a documentação está o termo de designação Hedge Accounting, efetividade prospectiva e a base de operações, que contém cada operação de hedge detalhada. *Hedge de Fluxo de Caixa de Compras em dólares norte-americanos* - O objetivo do programa é garantir que um percentual do custo equivalente as compras indexadas ao dólar não sejam impactadas com variação cambial. O objeto de hedge é um percentual das compras equivalentes aos custos futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de hedge contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. A marcação a mercado (MTM) dos contratos de derivativos designados para o hedge é contabilizada no patrimônio líquido em Ajustes de Avaliação Patrimonial. A conta de Derivativos a Receber ou a Pagar é a contrapartida da conta de Efeito MTM. *Hedge de Fluxo de Caixa de Custos do Cobre* - O objetivo do hedge é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este hedge, em conjunto com o programa de hedge de valor justo do estoque, permite que o custo do metal no CPV seja similar ao preço do cobre da receita. O objeto de hedge é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. O instrumento de hedge são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de outubro de 2018. A marcação a mercado (MTM) dos contratos de derivativos designados para hedge é contabilizada na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial contra a conta de Derivativos a Receber ou a Pagar, variando de acordo com a perda ou ganho. O saldo apurado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de hedge for realizado. As transações para as quais a Companhia fez a designação como hedges de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. **7. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo. **8. Principais políticas contábeis -** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Base de consolidação - *(i) Combinações de negócios -*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é mensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. ***(ii) Controladas -*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b. Hiperinflação na Argentina -** A Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018, após superar os 100% de inflação nos três últimos períodos. Por esta razão, as informações financeiras das controladas localizadas neste país são atualizadas (apenas para fins de consolidação), de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do período conforme determinação do IAS 29 -Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. - Os ativos e os passivos não monetários registrados pelo custo histórico, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. No consolidado, as diferenças resultantes de conversões cambiais foram refletidas no patrimônio líquido da Companhia em outros resultados abrangentes. A demonstração de resultados do exercício de 2017 e 2018, e os respectivos balanços patrimoniais da controlada na Argentina não foram reapresentados. Os impactos nos ativos líquidos da Companhia em 31 de março de 2019 estão apresentados conforme abaixo:

Ativo	31/03/2019
Estoques	3
Despesas antecipadas e impostos a recuperar	(678)
Imobilizado e intangível	2.238
Total do ativo	**1.563**
Patrimônio líquido	
Capital social	(8.482)
Lucros acumulados	6.919
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.563**

(iii) Transações eliminadas na consolidação - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **c. Moeda estrangeira - *(i) Transações em moeda estrangeira -*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. ***(ii) Operações no exterior -*** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é retribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. **d. Receita de contrato com cliente -** O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 6. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 6. **e . Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f . Subvenção e assistência governamentais -** Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como ‘Outras receitas’. As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas‘ em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas e as despesas financeiras do Grupo compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **h. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, para as empresas do Grupo sediadas no Brasil, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para as demais empresas do Grupo, a apuração do imposto de renda e contribuição social segue legislação tributária de seus respectivos países. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido -*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; • e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i. Estoques -** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **j. Imobilizado - *(i) Reconhecimento e mensuração -*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes -*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. ***(iii) Depreciação -*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	3-12 anos
Equipamentos de Informática	4 anos
Móveis e utensílios	5-10 anos
Veículos	4 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **k. Ativos intangíveis e ágio - *(i) Ágio -*** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(ii) Ativo intangível -*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas

>>>Continua